

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO REFERENTES ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO PLANO DE SAÚDE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado por outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação Copel de Previdência e Assistência Social é uma entidade fechada de previdência complementar multipatrocinada, sem fins lucrativos, regulamentada pelas Leis Complementares nº 108 e 109, de 29 de maio de 2001. Foi constituída em 1971 sob a forma de fundação, com os objetivos de assegurar aos empregados de suas patrocinadoras, e respectivos dependentes, benefícios de previdência e assistência à saúde.

Para atender a esses objetivos a Fundação Copel administra quatro planos de benefícios previdenciários e dois planos de assistência à saúde, denominados PROSAUDE II e PROSAUDE III.

As patrocinadoras da Fundação Copel são:

- Companhia Paranaense de Energia - COPEL
- COPEL Geração e Transmissão S/A
- COPEL Distribuição S/A
- COPEL Telecomunicações S/A (em processo de retirada de patrocínio);
- COPEL Comercialização S/A
- COPEL Serviços S/A
- Companhia Paranaense de Gás – COMPAGAS
- Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento – LACTEC
- Tradener Ltda
- UEG Araucária Ltda
- Elejor Centrais Elétricas do Rio Jordão S/A
- Fundação Copel de Previdência e Assistência Social

Os planos PROSAUDE II e PROSAUDE III são planos coletivos empresariais no segmento de autogestão, registrados junto à Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, sob o n.º 468.270/12-0 e n.º 475.211/15-2, respectivamente, e concedem benefícios de natureza ambulatorial, médico-hospitalar com obstetrícia, farmacêutica e odontológica. Precificados por faixa etária, os planos são custeados através de preços pré-estabelecidos, com contribuições mensais na forma definida nos regulamentos, nos convênios com as patrocinadoras e nos termos de adesão firmados com os beneficiários e são contabilizados e administrados financeiramente como um plano único. Os valores das contribuições são determinados anualmente, através de cálculos atuariais, com periodicidade não superior a doze meses, ou sempre que fatores externos assim o determinem.

Em outubro de 2020 a Fundação Copel inaugurou sua primeira unidade de Atenção Primária à Saúde – APS (Filial). O Programa “+Cuidado” é uma unidade piloto de APS destinada aos “copelianos” lotados no Km3 (Curitiba/PR) e seus dependentes. Com a constatação do sucesso do projeto, a Fundação Copel expandiu o projeto à outras localidades, Londrina e Maringá, cujas unidades foram inauguradas em dezembro/21, abrangendo um número maior de usuários, como já constava no Planejamento Estratégico Institucional. Destacamos que o Programa “+Cuidado” não se trata de um ambulatório, mas sim de um sistema de atendimento mais amplo e complexo com capacidade de resolver até 80% das demandas de saúde sem a necessidade de atendimento de Médico Especialista ou serviço de emergência, com

acompanhamento dos beneficiários em suas demandas específicas e seus tratamentos clínicos.

A emissão destas demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria Executiva em 11 de março de 2022 para apreciação do Conselho Fiscal e aprovação do Conselho Deliberativo em 25 de março de 2022.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado por outra forma, e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, em consonância com as normas contidas na Lei n.º 6.404/76, alterada pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, na Lei n.º 9.656/98 que regulamenta os Planos Privados de Assistência à Saúde, nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, quando referendados pela ANS, Resolução ANS n.º 472/21, e pela Resolução CFC – Conselho Federal de Contabilidade n.º 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica Geral (ITG) n.º 2.002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros.

A demonstração do fluxo de caixa foi elaborada pelo método direto, de acordo com modelo padrão estabelecido pela ANS. Em conformidade com o CPC – 03 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, item 20A, a conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais, está demonstrada na nota explicativa nº 15.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

3.1. ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL

É adotado o regime de competência para o registro, em moeda corrente do país, das mutações patrimoniais ocorridas no exercício, o que implica no reconhecimento das receitas, custos e despesas no período em que efetivamente ocorrem, independentemente de seu pagamento ou recebimento.

3.2. ATIVOS FINANCEIROS

Os ativos financeiros incluem os títulos e valores mobiliários, composto por títulos públicos e privados de renda fixa, com o objetivo de serem negociados, sendo contabilizados pelo valor de mercado, além dos recebíveis.

3.2.1 Política contábil de reconhecimento e mensuração de ativos financeiros

a) Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros designados nesta categoria têm como finalidade e estratégia de investimento manter negociações ativas e frequentes. As mudanças decorrentes de variações do valor justo são registradas e apresentadas na demonstração do resultado em “Resultado financeiro” no exercício em que ocorrem.

b) Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos determináveis, que não são cotados em mercados ativos e compreendem substancialmente as “contraprestações”.

c) Determinação do valor justo

Para apuração do valor justo dos ativos financeiros a Entidade adota as seguintes práticas:

i. Títulos privados

O valor justo é calculado através de metodologia que considera as taxas de juros, as características e garantias dos papéis e o risco de crédito associado ao emitente, conforme descrito abaixo:

- Para os Certificados de Depósito Bancário (CDB's) pós-fixados cuja rentabilidade é estabelecida tendo como parâmetro as variações nas taxas dos índices de preço (CDI), além dos componentes principais descritos acima, a precificação considera também as características de resgate, que podem ser com ou sem liquidez e possíveis variações entre o valor de custo atualizado e o preço justo praticado no momento da venda;
- Para os CDB's com cláusula que permite o resgate antecipado e uma taxa determinada, utiliza-se a taxa da operação.
- Para as Letras Financeiras com rendimento pós-fixado indexado a variação do IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo a precificação considera três componentes principais: (i) variação do índice IPCA, (ii) taxa fixa contratada e (iii) o valor justo na data da negociação.

ii. Títulos públicos e debêntures

O valor justo é calculado com base nos preços unitários do mercado secundário divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA).

d) Classificação de nível:

Informações (inputs) de Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.

Informações (inputs) de Nível 2: informações (inputs) que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.

Informações (inputs) de Nível 3: dados não observáveis para o ativo ou passivo.

e) Recuperabilidade de ativos financeiros

A Entidade avalia a cada data de balanço se há evidência objetiva de perda ou desvalorização nos ativos financeiros.

3.3. DISPONÍVEL - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

São representados por depósitos bancários sem vencimento que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo e são utilizados para o gerenciamento de compromissos de curto prazo.

3.4. CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

São registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, em contrapartida à conta de resultado de contraprestações efetivas de operações de planos de assistência à saúde. A provisão para perdas sobre créditos de contraprestação efetiva é constituída sobre valores a receber de beneficiários com títulos vencidos há mais de 90 dias, por se tratar de plano coletivo empresarial. A administração da Entidade revisa periodicamente o critério de constituição para adequá-la à evolução da inadimplência de sua carteira.

3.5. IMOBILIZADO

Registrado ao custo de aquisição, de bens necessários ao funcionamento das Unidades de Serviços de Atenção Primária de Saúde (APS).

3.6. INTANGÍVEL

Registrado ao custo de formação, de estrutura física necessária para implantação de Unidades de Serviços de Atenção Primária de Saúde (APS).

3.7. DEMAIS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

Os demais ativos circulantes e não circulantes são demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos.

3.8. PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Constituídas de acordo com os critérios estabelecidos na RN n.º 393/15 e suas alterações, RN n.º 442/18, da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

3.9. ESTIMATIVAS CONTÁBEIS CRÍTICAS

As estimativas contábeis foram baseadas no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis, cuja metodologia adotada envolve normalmente fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a vida útil do ativo imobilizado, a avaliação da carteira de investimentos, a provisão para créditos de liquidação duvidosa, a provisão para demandas judiciais, ativos e passivos relacionados aos beneficiários. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá eventualmente resultar em valores diferentes daqueles provisionados. Visando a um acompanhamento permanente dessas estimativas, a Fundação Copel revisa, conforme o caso, as metodologias e as premissas inerentes pelo menos anualmente.

3.10. PATRIMÔNIO SOCIAL

O patrimônio social da Entidade corresponde aos resultados superavitários, líquidos dos resultados deficitários de sua atividade, acumulados até a data do balanço.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro, apresentavam a seguinte composição:

	31/12/2021	31/12/2020
Títulos Públicos	165.450	196.981
Créditos Privados e Depósitos	87.441	82.173
TOTAL DA RENDA FIXA	252.890	279.154

As aplicações incluem os recursos garantidores das reservas técnicas, vinculadas à Agência Nacional de Saúde Suplementar nos termos da RN n.º 392/15 e suas alterações, representadas por 15.642 NTN-B's no valor de R\$ 60.843 (8.300 NTN-B's no valor de R\$ 31.154 em 2020), valor este superior às provisões técnicas do período, não considerados os saldos da Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar que tenham sido avisados nos últimos 60 dias, conforme exceção prevista no art. 3º, parágrafo único, desta resolução.

Os valores lançados na Demonstração do Resultado como Receitas Financeiras e Despesas Financeiras referem-se ao registro das rentabilidades diárias dos títulos, positivas ou negativas. Em períodos de maior volatilidade do mercado financeiro, a soma desses valores tende a crescer no caso dos títulos precificados “a mercado”, porém a informação mais relevante nesse item da DRE é a diferença entre os valores ou, o Resultado Financeiro Líquido.

Os títulos públicos no montante de R\$ 165.450 (R\$ 196.981 em 2020), são classificados como títulos de Nível 1 por possuírem ativos cotados em mercados ativos, sendo que os Créditos Privados e Depósitos de R\$ 87.441 (R\$ 82.173 em 2020), são classificados como títulos de Nível 2.

5. CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Registra os valores de Mensalidades a Receber e a Participação dos Beneficiários em Eventos Indenizados (coparticipações), conforme quadro abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020
Contraprestação Pecuniária a Receber	210	137
Contaprestações	379	282
(-) Provisão para perda sobre créditos	(169)	(145)
Participação dos Beneficiários em Eventos Indenizados	4.769	3.265
Participações	6.162	5.303
(-) Provisão para perda sobre créditos	(1.393)	(2.038)
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde	133	194
Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	77	512
Total Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	5.189	4.108

A seguir listamos a composição dos valores a receber por idade de vencimento:

	31/12/2021	31/12/2020
<u>Créditos de Operações com planos de Assist. à Saúde</u>		
A vencer	4.795	3.797
Vencidos até 90 dias	394	291
Vencidos há mais de 91 dias	1.562	2.203
Total	6.751	6.291
<u>Movimentação da Provisão de Perdas</u>		
Saldo do início do exercício	(2.183)	(3.060)
Constituições	(78)	(747)
Reversões/Baixas	699	1.624
Total	(1.562)	(2.183)
Saldo no fim do Período/Exercício	5.189	4.108

6. DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

	31/12/2021	31/12/2020
Inss (a)	88.167	83.233
Pis/Cofins (b)	19.113	17.723
ISS (c)	4.964	4.820
	112.244	105.776

(a) Depósitos Judiciais INSS - saldo de depósitos judiciais sobre as execuções fiscais n.ºs 2005.70.00.013037-0 e 2007.70.00.000555-9, referentes às Notificações Fiscais de Lançamentos de Débito – NFLD's n.ºs 35.273.881-2, 35.273.883-9, e n.º 35.273.885-5 para as quais a Entidade vem depositando judicialmente os valores exigidos, e de depósitos judiciais referentes ao processo 2003.70.00.00273-3 no qual a Fundação discute a legalidade da cobrança das contribuições sociais previstas no art. 22, incisos III e IV, da Lei nº 8.212/91, incidentes sobre remunerações pagas a médicos e dentistas e sobre serviços que lhe são prestados por cooperados por intermédio de cooperativas de trabalho. Estão constituídas provisões passivas dos depósitos acima mencionados (nota 9(a)).

(b) Contempla os depósitos judiciais de PIS e COFINS referentes ao processo no qual a Entidade discute a legalidade da cobrança desses tributos. Estão constituídas provisões passivas dos depósitos acima mencionados (nota 9(b)).

(c) Em 25 de janeiro de 2019, foi efetuado depósito judicial em garantia à execução dos processos administrativos fiscais nº 141825/2015 e nº 125472/2017, relacionados ao ISS, Município de Curitiba/PR. A Fundação Copel mantém provisionado em seu passivo contingente somente o honorário de êxito do advogado sobre o valor a ser cancelado (nota 9(c)).

Os depósitos judiciais estão atualizados até a data do balanço.

7. PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

	31/12/2021	31/12/2020
Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados - Outros Prest.	25.210	22.480
Provisão de Eventos a Liquidar para Outros Prestadores	22.568	33.748
Provisão de Insuficiência de Contraprestação - PIC	10.391	-
Provisão de Eventos a Liquidar SUS	651	778
Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados - SUS	526	-
	59.346	57.006

Provisão de Insuficiência de Contraprestação – PIC

Refere-se à insuficiência de contraprestação/prêmio para cobertura de eventos/sinistros a ocorrer, quando constatado. Constituída de acordo com a RN n.º 442/18, da Agência Nacional de Saúde Suplementar.

Provisão de Eventos a Liquidar - PESL

Constituída por eventos de assistência médico-hospitalar e odontológica, reconhecidos com base na data do protocolo de entrega da fatura do prestador do serviço. Tal medida atende o disposto no artigo 7 da RN n.º 393/15 e alterações, da Agência Nacional de Saúde Suplementar.

Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados - PEONA

Constituída de acordo com os critérios estabelecidos no artigo 11 da RN n.º 393/15 e alterações, da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. O valor dessa provisão está

integralmente constituído, com seu respectivo ativo garantidor vinculado à referida agência reguladora.

As referidas provisões apresentavam as seguintes movimentações:

	Provisão de Insuficiência de Contraprestações	Provisão de Eventos a Liquidar - PESL	Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados - PEONA	TOTAL
Saldo em 31/12/2019	-	31.609	20.853	52.462
Constituições	-	502.971	1.684	504.655
Reversões	-	(18.916)	(57)	(18.973)
Baixas	-	(481.138)	-	(481.138)
Saldo em 31/12/2020	-	34.526	22.480	57.006
Constituições	10.391	317.944	4.270	332.605
Reversões	-	(14.307)	(1.014)	(15.321)
Baixas	-	(314.944)	-	(314.944)
Saldo em 31/12/2021	10.391	23.219	25.736	59.346

8. DÉBITOS DIVERSOS

O saldo é composto substancialmente por valores a reembolsar ao Plano de Gestão Administrativa referente despesas administrativas do mês, apuradas conforme sistemas de custos.

	31/12/2021	31/12/2020
Plano de Gestão Administrativa - Reembolso	3.780	2.867
Pagamentos Recusados	236	236
Outros	475	106
	4.491	3.209

9. PROVISÕES JUDICIAIS

	31/12/2021	31/12/2020
Tributárias	107.632	101.513
Inss (a)	88.167	83.233
Pis/Cofins (b)	19.113	17.928
ISS (c)	352	352
Cíveis (d)	132	893
Trabalhistas (e)	1.586	-
	109.350	102.406

- a) Saldo de provisões das execuções fiscais n.º 2005.70.00.013037-0 e 2007.70.00.000555-9, referentes às Notificações Fiscais de Lançamentos de Débito – NFLD's n.ºs 35.273.881-2, 35.273.883-9, e n.º 35.273.885-5, e do processo 2003.70.00.00273-3 no qual a Fundação discute a legalidade da cobrança das contribuições sociais previstas no art. 22, incisos III e IV, da Lei nº 8.212/91, incidentes sobre remunerações pagas a médicos e dentistas e sobre serviços que lhe são prestados por cooperados por intermédio de cooperativas de trabalho. A Entidade vem depositando judicialmente os valores apurados de INSS, reconhecendo provisão para contingências desses depósitos judiciais (nota 6).
- b) A provisão de contingência de PIS e COFINS, refere-se ao processo no qual a Fundação Copel discute a legalidade da cobrança desses tributos, classificado como risco provável de perda. Ao editar a Lei n.º 12.973/14 e a IN RFB n.º 1.544/15 o governo ampliou o conceito de base tributável do PIS e da COFINS a partir do exercício de 2015. Buscando preservar o direito de isenção desses tributos, conquistado judicialmente na ação 2003.70.00.046819-0, a Fundação Copel contratou consultoria jurídica para ingressar com

nova ação judicial e reavaliar as bases de cálculo do tributo, pois, mesmo diante da mudança na legislação, continua com o entendimento de que não possui “faturamento” como base de cálculo do PIS (0,65%) e da COFINS (4%). A partir de 2015, a Entidade passou a depositar judicialmente os valores apurados de PIS e COFINS, reconhecendo provisão para contingências sobre a totalidade desses depósitos judiciais (nota 6).

- c) Em dezembro de 2015, a Fundação Copel contratou assessoria jurídica especializada e protocolou impugnação do Processo Administrativo n.º 141.825/15, no qual o Município de Curitiba emitiu 26 Autos de Infração visando à cobrança de ISS acrescido de multas e juros, decorrentes, principalmente, dos serviços na área de saúde, tomados de pessoas físicas e jurídicas durante o período de 2010 a 2014. A defesa solicitou e fundamentou o integral cancelamento de todos os Autos de Infração emitidos. A decisão em primeira instância cancelou integralmente 8 Autos de Infração, 9 foram retificados, 1 foi substituído (Processo Administrativo nº 125.472/17) e 8 foram mantidos. Este processo é classificado como perda possível. Em 25 de janeiro de 2019, foi efetuado depósito em garantia da execução aos processos administrativos fiscais nº 141825/2015 e nº 125472/2017, Município de Curitiba/PR, e impetrado Mandado de Segurança nº 0000444-39.2019.8.16.004 visando o cancelamento desses débitos (nota 6). A Fundação Copel mantém provisionado em seu passivo contingente somente o honorário de êxito do advogado de 7,5% sobre o valor a ser cancelado.
- d) Referente à provisão de 6 ações cíveis, classificados como perda provável. Divulga-se a existência de 10 ações cíveis, no montante estimado de R\$ 226, classificados como perda possível.
- e) Referente à provisão de ação trabalhista classificadas como perda provável.

Não existem outras contingências classificadas como perda possível.

10. PARTES RELACIONADAS

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 05, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, por fornecer plano de benefícios pós-emprego para benefício dos empregados das Patrocinadoras da Fundação Copel, divulga-se o valor das despesas com remuneração, encargos e benefícios, pagos aos empregados e administradores na Gestão Assistencial da Entidade no montante de R\$ 20.774 de administração direta (R\$ 21.203 em 2020) R\$ 121 referente à APS (R\$ 36 em 2020).

Os Planos PROSAUDE II e PROSAUDE III, disponibilizam assistência médica, odontológica e farmacêutica para os beneficiários devidamente filiados e seus dependentes, sejam empregados do quadro próprio da entidade, das patrocinadoras, ou aposentados. Os recursos dos planos são provenientes das mensalidades (prêmios) pagos pelos beneficiários, com subsídios das Patrocinadoras, conforme regras, limites e condições estabelecidos em seus convênios de adesão com a Fundação Copel, conforme descrito no quadro abaixo:

Tabela de Custeio conforme Convênios de Adesão	PROSAÚDE II				PROSAÚDE III			
	Ativos		Aposentados/Pensionistas		Ativos		Aposentados/Pensionistas	
	Patrocinadora	Beneficiários	Patrocinadora	Beneficiários	Patrocinadora	Beneficiários	Patrocinadora	Beneficiários
COPEL	80%	20%	50%	50%	50%	50%	0%	100%
FUNDAÇÃO COPEL	80%	20%	50%	50%	80%	20%	0%	100%
COMPAGÁS	80%	20%	50%	50%	80%	20%	0%	100%
LACTEC	75%	25%	50%	50%	50%	50%	0%	100%
TRADENER	75%	25%	50%	50%	75%	25%	0%	100%
UEGA	80%	20%	50%	50%	80%	20%	0%	100%
ELEJOR	- X -	- X -	- X -	- X -	80%	20%	0%	100%

11. CONTRAPRESTAÇÕES EFETIVAS DE PLANO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

	31/12/2021	31/12/2020
Contraprestações de Assist. MH/Odonto - Patrocinador	151.333	154.616
Contraprestações de Assist. MH/Odonto - Participante	112.932	110.643
Contraprestações de Convênio de Reciprocidade	(5.505)	(761)
Variação das Prov. Téc. de Assist. Médico-Hospitalar	(10.391)	-
	248.369	264.498

12. EVENTOS INDENIZÁVEIS LÍQUIDOS

	31/12/2021	31/12/2020
Eventos Conhecidos ou Avisados	(317.133)	(275.370)
Assistência Médico-Hospitalar	(296.825)	(257.480)
Assistência Odontológica	(19.871)	(17.048)
Sistema Único de Saúde - SUS	(437)	(842)
Recuperação de Eventos Conhecidos ou Avisados	65.008	55.404
Glosa na Assistência Médico-Hospitalar	13.092	17.728
Recuperação por co-participação Assistência Médico-Hospitalar	44.157	32.693
Recuperação por co-participação Assistência Odontológica	6.486	3.794
Glosa na Assistência Odontológica	1.273	1.189
Variação da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados	(3.256)	(1.627)
	(255.381)	(221.593)

13. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	31/12/2021			31/12/2020		
	Rateio PGA			Rateio PGA		
	APS	Adm	Diretas	APS	Adm	Diretas
Pessoal	121	20.774	2.002	36	21.203	36
Serviços de Terceiros	129	5.649	70	49	6.051	812
Localização e Funcionamento	66	2.045	167	8	2.578	174
Publicidade e Propaganda	53	20	-	-	12	-
Tributos	1	12	1.025	-	15	2.935
Outras	23	1.247	413	4	260	2.667
	393	29.747	3.677	97	30.118	6.625
Total		30.140	33.424		30.215	36.743

A conta de Outras Despesas Administrativas registra a partir do exercício de 2020, a variação da provisão para perdas em processos judiciais contra o INSS (Nota 9).

14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

14.1. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Fundação Copel, na qualidade de administrador do Plano de Saúde, participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de aplicar e rentabilizar seus recursos financeiros disponíveis. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando segurança, liquidez e rentabilidade.

O Plano de Saúde não possui operações com derivativos e/ou que tenham caráter especulativo, visto que há vedação expressa para a realização deste tipo de operação na carteira de investimentos do Plano de Saúde.

14.2. GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Plano de Saúde está exposto a diversos riscos inerentes à natureza de suas operações, dentre os quais destacam-se os fatores de risco:

a) Risco de crédito

O risco de crédito associado à possibilidade do não recebimento de valores cobrados dos beneficiários é atenuado pelo débito direto em folha de pagamento, pelo público restrito aos empregados e ex-empregados das empresas patrocinadoras da Entidade e pela possibilidade legal de interrupção do atendimento aos beneficiários de plano de saúde após determinado período de inadimplência. O Plano de Saúde também está sujeito a risco de crédito associado às suas aplicações financeiras. Este risco é atenuado pela restrição de suas operações a instituições financeiras consideradas de primeira linha pelo mercado e concentração das aplicações em títulos públicos de renda fixa e curto prazo de vencimento.

b) Risco de mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perda resultante da volatilidade dos preços de mercado, decorrente da variação das cotações de moeda estrangeira, das taxas de juros, dos preços das ações e dos preços de mercadorias (commodities).

Na Fundação Copel, a gestão do risco de mercado se dá principalmente através da diversificação dos investimentos em setores da indústria, estratégias de investimento e segmentos de ativos. O acompanhamento é feito por meio da avaliação do desempenho da estratégia adotada em relação ao planejado e se utiliza de modelo de monitoramento de risco descrito em Manual de Investimento, podendo o risco de mercado ser medido de duas maneiras: risco absoluto ou risco relativo.

No caso dos planos de saúde, utiliza-se o risco relativo, que mensura o risco da perda potencial da carteira em relação a um índice de referência (benchmark) por meio dos retornos históricos dos ativos.

c) Risco de liquidez

A Entidade monitora o risco de insuficiência de recursos, administrando as finanças do Plano de Saúde de modo a garantir o cumprimento de suas obrigações no curto e longo prazo.

d) Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de perda resultante de falha, deficiências ou inadequações de processos internos, pessoas e sistemas, bem como de eventos externos, que causem prejuízos nas suas atividades normais ou danos a seus ativos físicos, dentre outros fatores. A gestão do risco operacional ocorre mediante modelo definido no Processo de Gestão de Riscos Corporativos.

e) Risco Legal

O Risco Legal é ligado à possibilidade de perdas financeiras decorrentes de: (i) sanções impostas por órgãos de supervisão e controle; (ii) indenizações por danos a terceiros; ou (iii) criação de tributos ou nova interpretação quanto à sua incidência.

A gestão deste risco é realizada a partir da identificação e interpretação da legislação aplicável às atividades da Fundação, evitando desvios que possam ocorrer no cumprimento das normas legais e regulamentares.

f) Risco de Governança

O Risco de Governança perpassa todas as áreas da Fundação. A estrutura adequada observa as características próprias da entidade: porte, número de planos, modalidade dos planos, número de beneficiários, atendendo-se ainda à estrutura mínima prevista em lei e as orientações do órgão supervisor. A estrutura da Fundação busca mitigar os riscos relacionados à concentração de poderes, garantindo a segregação de funções e enfatizando as decisões colegiadas.

15. CONCILIAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

	31/12/2021	31/12/2020
<u>ATIVIDADES OPERACIONAIS</u>		
Resultado do período	(32.260)	20.019
Ajustes para conciliação do resultado do período com a geração/utilização de caixa das atividades operacionais:	<u>2.408</u>	<u>4.558</u>
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	2.340	4.544
Depreciações e Amortizações	68	14
Resultado do período/exercício Ajustado	<u>(29.852)</u>	<u>24.577</u>
(Aumento)/Diminuição em Ativos Operacionais	<u>20.635</u>	<u>(32.832)</u>
Aplicações	26.265	(28.367)
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	(1.081)	5.362
Créditos de Operações de Assistência à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora	(196)	(436)
Bens e Títulos a Receber	2.115	(2.178)
Depósitos Judiciais e Fiscais	(6.468)	(7.213)
Aumento/(Diminuição) em Passivos Operacionais	<u>9.598</u>	<u>8.487</u>
Débitos de Operações de Assistência à Saúde não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora	1.308	(196)
Débitos de Operações de Assistência à Saúde	(90)	148
Tributos e Contribuições a Recolher	155	(350)
Provisões	6.944	8.986
Débitos Diversos	1.281	(101)
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	<u>381</u>	<u>232</u>
<u>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</u>		
Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado - Hospitalar	(371)	(211)
Pagamento Relativo ao Ativo Intangível	-	(36)
Caixa Líquido das Atividades de Investimento	<u>(371)</u>	<u>(247)</u>
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	<u>10</u>	<u>(15)</u>
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	7	22
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	17	7

16. EVENTOS RELEVANTES

- a) O surgimento e rápida disseminação do vírus COVID-19 em praticamente todo o planeta é a causa da maior e mais desafiadora crise socioeconômica que vem sendo enfrentada desde a segunda guerra mundial. Embora não seja considerado de alta letalidade pelos especialistas, a pandemia tem causado saturação e fortes impactos nos sistemas de saúde pública mundial. Destacamos ainda que os esforços de contenção podem influenciar tão ou mais significativamente a economia global do que o próprio surto da doença. Diante de um cenário tão adverso e ainda em pleno andamento, já que a pandemia tem apresentado ciclos de redução e aumentos de casos confirmados, considera-se impossível mensurar a totalidade dos efeitos econômicos e financeiros decorrentes desses eventos. Conforme evidenciado pela redução na rentabilidade dos investimentos no período, houve reflexos principalmente na precificação dos títulos públicos e das carteiras de títulos privados, pois todos são marcados a mercado. Mesmo assim a Fundação Copel continua apoiada em suas diretrizes de atuação, com recursos amplamente suficientes para honrar seus compromissos, sempre olhando a longo prazo, seguindo rigorosamente as orientações do Ministério da Saúde e tomando as providências necessárias para continuar prestando atendimento de qualidade a seus beneficiários e em parceria com a rede credenciada. Temos a certeza de que, assim como tantas outras, essa crise será superada e continuaremos proporcionando um futuro seguro e tranquilo aos nossos beneficiários.
- b) Reestruturação administrativa organizacional: sentindo a necessidade de implantar melhorias no atendimento ao participante e visando a otimização administrativa da entidade, a Diretoria Executiva decidiu colocar em prática, a partir de março de 2021, uma reestruturação do organograma da Fundação Copel. Para tanto, reduziu o número de gerências, criou a Gerência de Relacionamento com foco total no participante e beneficiário, criou três Gerências Executivas, que tratam das questões táticas e operacionais junto às Gerências, e das questões estratégicas junto à Diretoria Executiva, liberando o colegiado para atuar nos assuntos relativos à perenidade da entidade e demais temas institucionais determinantes. Essa alteração remodelou a quase totalidade das áreas organizacionais pela redistribuição dos processos operacionais, tornando também necessária uma profunda revisão na estrutura de apropriação e distribuição de custos administrativos, a qual foi planejada no decorrer do mês de março, para ser implantada no fechamento contábil daquele mês.

Curitiba, 11 de março de 2022.

MARCOS DOMAKOSKI
Presidente
CPF 255.372.029-72

OTTO ARMIN DOETZER
Diretor de Seguridade
CPF 544.940.109-44

JOSÉ CARLOS LAKOSKI
Diretor Financeiro
CPF 532.132.709-20
(Responsável pela Contabilidade)

JOÃO MARIA DA SILVA DE LIMA
Contador CO.CRC-PR 30444/O-3
CPF 552.472.379-00

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/803E-ED4B-4503-F708> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 803E-ED4B-4503-F708



Hash do Documento

Vko+rvGHoOezPTuDu4i7McH7ovv0ZHJFdPLrxcB3FX4=

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 11/03/2022 é(são) :

☒ José Carlos Lakoski - 532.132.709-20 em 11/03/2022 16:41 UTC-03:00

Nome no certificado: Jose Carlos Lakoski

Tipo: Certificado Digital

☒ Marcos Domakoski - 255.372.029-72 em 11/03/2022 15:37 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital

☒ João Maria da Silva de Lima - 552.472.379-00 em 11/03/2022 15:22 UTC-03:00

Nome no certificado: Joao Maria Da Silva De Lima

Tipo: Certificado Digital

☒ Otto Armin Doetzer - 544.940.109-44 em 11/03/2022 15:19 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital

